

N. F. Nº - 128984.0365/23-3
NOTIFICADA - IMI FABI TALCO S/A
NOTIFICANTE - RUI ALVES DE AMORIM
ORIGEM - DAT SUL / IFMT / POSTO FISCAL JAIME BALEEIRO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 07.10.2024

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0224-05/24NF-VD**

EMENTA: ICMS. FALTA DE PAGAMENTO. FINALIZAÇÃO DO DIFERIMENTO. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PARA RECOLHIMENTO EM PRAZO ESPECIAL. Não obstante ter ocorrido a ação fiscal no trânsito das mercadorias, a ciência do lançamento de ofício se deu depois do recolhimento do imposto cobrado. Crédito tributário constituído intempestivamente. Notificação Fiscal considerada NULA. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Vale de começo salientar que o presente reporte atende às premissas estabelecidas no inciso II, do art. 164 do RPAF-BA, máxime quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da sumulação dos pronunciamentos dos participantes processuais, adaptado inclusive para as sessões virtuais de julgamento.

Infração:

01 – Falta de pagamento de ICMS em operação com mercadorias desacompanhadas de DAE ou de certificado de crédito, supostamente enquadradas no regime de diferimento em situação onde não é possível a adoção do citado regime. Trata-se de operação interestadual com “talco”, destinado para São Paulo, ocasião em que o contribuinte não tinha autorização para proceder o recolhimento em prazo especial. Lavratura: 17.02.2023. Valor com multa e acréscimos: R\$ 8.203,20.

Datas dos fatos geradores e tipificação legal no lançamento de ofício.

Documentos juntados pelo fisco, entre os que interessam ao deslinde da causa: termo de ocorrência fiscal, DANFE 16237, documentos do motorista e do veículo transportador, intimação para o sujeito passivo tomar ciência do lançamento datada de 05.6.2023.

O contribuinte, em sua impugnação:

Descreve o seu processo de extração.

Avisa que renovou sua autorização para pagar o imposto em prazo especial a partir de 13.3.2023, com validade para três anos.

Assegura que pagou a cifra cobrada entre suas obrigações normais registradas em sua escrita fiscal, no regime de conta corrente de débitos e créditos fiscais.

Solicita a “realocação dos pagamentos realizados” (sic; fl. 17).

Reivindica a suspensão da exigibilidade do ICMS lançado e multa correspondente ou, quando nada, a sua compensação.

Encarta na petição prova do recolhimento do tributo estadual, DMA e recibo de entrega da EFD relativa a fevereiro de 2023.

Não há informativo fiscal, dada a natureza do instrumento.

Processo distribuído para esta relatoria.

Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos probatórios trazidos aos autos, estando o PAF devidamente instruído, não havendo mais necessidade, nos

termos do art. 147, I, “a”, do RPAF-BA, de qualquer dilação probatória adicional, inclusive diligência e/ou perícia.

É o relatório.

VOTO

O instrumento de notificação fiscal cumpre formalmente os requisitos de lei, constatados os pressupostos exigidos na legislação vigente para a sua formalização, designadamente os dados do contribuinte, os dados da lavratura, a existência da descrição dos fatos supostamente infracionais, o demonstrativo do débito, a existência de enquadramento legal, a previsão normativa da multa proposta e a assinatura do notificante, entre outros requisitos já padronizados pelo programa da SEFAZ.

Não há assinalações de intempestividade por parte do órgão de preparo fazendário.

Indefiro quaisquer pedidos de diligência e/ou perícia porque já presentes os elementos instrutórios necessários ao deslinde da questão.

Efetivamente, a cobrança foi lavrada em época na qual o contribuinte não dispunha de autorização fazendária para fazer o recolhimento do imposto em prazo postergado.

Todavia, a cobrança padece de vícios intransponíveis: é que, pela análise dos autos, não obstante a lavratura do lançamento de ofício ter sucedido em fevereiro de 2023, só em junho de 2023 a impugnante tomou conhecimento da sua existência.

Portanto, a falta de aperfeiçoamento da exigência tributária feita no trânsito da mercadoria afastou a instantaneidade da ação fiscal e deixou o contribuinte a cavaleiro para efetuar o recolhimento do imposto *a posteriori*, no bojo das demais operações mercantis praticadas no mês.

Notificação fiscal nulificada.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar NULA, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº 128984.0365/23-3, lavrada contra IMI FABI TALCO S/A.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 17 de setembro de 2024.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO – PRESIDENTE/RELATOR

ILDEMAR JOSÉ LANDIN – JULGADOR

EDUARDO DUTRA FREITAS - JULGADOR